



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**As Ações e os Impactos das Políticas Públicas no Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: Um Estudo de Caso em um APL de Caju na cidade de Picos, Piauí.**

**The Actions and the Impacts of Public Policies in the Development of Local Productive Arrangements: A Study of the Case in an LPA of Cashew in Picos City, in Piauí State.**

**Rafaela Guimarães da Silva**  
Graduanda em Administração  
Rafaelaguimaraes2008@hotmail.com  
UFPI

**Jocivan Bezerra Guedes**  
Graduando em Administração  
jocivanguedes@hotmail.com  
UFPI

**Janayna Arruda Barroso**  
Mestra em Administração de Empresas pela UNIFOR  
janaynaarruda@ymail.com  
Professora orientadora da UFPI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA  
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Rafaela Guimarães da Silva e Jocivan Bezerra Guedes

**As Ações e os Impactos das Políticas Públicas no Desenvolvimento de Arranjos  
Produtivos Locais: Um Estudo de Caso em um APL de Caju na cidade de Picos, Piauí.**

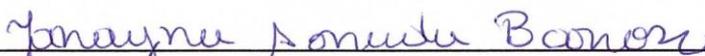
A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

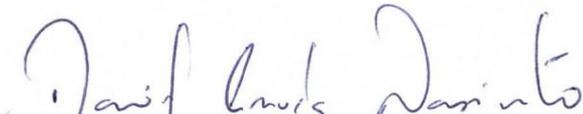
**Aprovado(a)**

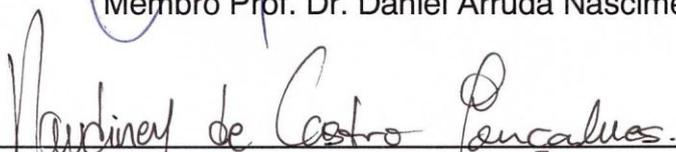
**Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 04 de setembro de 20 23.

  
Orientador Prof(a). Ms. Janayna Arruda Barroso

  
Membro Prof. Dr. Daniel Arruda Nascimento

  
Membro Prof. Ms. Naudiney de Castro Gonçalves

## RESUMO

O presente artigo evidencia as ações e os impactos das políticas públicas na promoção do desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs), no Estado do Piauí. O Estado tem adotado políticas públicas junto a essas aglomerações de empresas para promover o seu desenvolvimento. Essas ações estão se tornando cada vez mais consistentes nas qual percebe-se por meio dos resultados positivos nos APLs em que existe esse apoio. Para a realização da pesquisa foi realizado um estudo de caso com uma abordagem qualitativa sendo coletadas evidências através de análise documental e entrevistas com 14 atores envolvidos. Pôde-se constatar que as ações de políticas públicas implementadas no APL de cajucultura de Picos, Piauí, alcançaram visíveis resultados para os produtores, que tem observado melhoria em todos os processos apresentando ganhos significativos para os integrantes do APL.

**Palavras- chave:** Políticas públicas. Arranjos Produtivos Locais. Desenvolvimento Local.

## ABSTRACT

This Article brings to evidence the actions and the impacts of public policies by promoting the development of local productive arrangements (LPA), in Piauí State. Such a state has adopted public policies with these agglomerations of companies to promote its development. These actions are becoming more and more consistent and it is perceived in them, by means of positive results in the LPA, that there is some support to them. As to the achievement of this research it has been performed a case study with a qualitative approach being collected evidences through documental analysis and interviews with 14 actors involved. It could be verified that the actions of public policies implemented in the LPA of cashew plantation of Picos City, in Piauí State, had reached visible results for producers, that have observed improvement in every processes presenting significant gains for the members of LPA.

**Keywords:** Policies public. Local Productive Arrangements. Local Development.

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico Brasileiro passou por várias transformações nas últimas décadas. O papel do Estado principalmente sofreu grandes alterações, de mero regulamentador para agente ativo no mercado, atuando no desenvolvimento socioeconômico de regiões por meio das políticas públicas. O principal objetivo tem sido despertar a principal atividade econômica da região e transformá-la em um potencial para geração de renda para a população local.

Nesse contexto surge então, a condição para o surgimento de um novo sistema compreendido pela aglomeração de pequenas e médias empresas do mesmo segmento, ou da mesma cadeia produtiva, que estando aglomeradas tornam-se mais fortes e competitivas tendo uma melhor condição para aproveitar as oportunidades de mercado. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), como são conhecidos, servem como mecanismos de racionalização, regularidade, previsibilidade das ações organizadas por seus agentes.

Os APLs são considerados uma ótima alternativa ao desemprego, principalmente na região Nordeste que ainda possui índices baixos de desenvolvimento socioeconômico e também contribui para redução da migração dos habitantes dessa região para os grandes centros, que já se encontram com problemas de superpopulação. Apesar de apenas, a partir do final da década de 90 ter-se intensificado as políticas públicas em prol dessas aglomerações, os APLs conseguiram grandes resultados e ótimas parcerias se tornando rapidamente um importante segmento em nossa economia.

No Estado do Piauí uma das atividades predominantes é a cajucultura, o Estado é o segundo maior produtor do Brasil, atrás apenas do Estado do Ceará. O clima piauiense é considerado propício para a cultura do caju, refletindo na qualidade dos produtos que é considerada uma das melhores do país.

Este trabalho tem a finalidade de analisar as ações e os impactos das políticas públicas aplicadas em um APL na cidade de Picos - Piauí, de forma que fique claro, quais as ações desenvolvidas pelo Estado em apoio ao APL, quais os impactos dessas ações, analisar como ocorre a relação das políticas públicas com o APL e verificar qual a sua importância para o desenvolvimento local, tomando como base o estudo de caso em um APL.

## 2 ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado como forma de organização política da sociedade pode ser considerado como o espaço natural para o desenvolvimento do poder político e tem como finalidade a promoção do bem comum através do bem estar, segurança e justiça por meio de três elementos: o povo, o território e o poder político. (MATIAS-PEREIRA, 2010a). Azambuja (2001) conceitua Estado como organização político jurídica de uma sociedade que possui o governo próprio e território determinado com a finalidade de realizar o bem público. Já para Silva e Bassi (2012), o Estado é uma organização política, administrativa e jurídica formada pela existência de um povo, que vive em um território fixo e submetidos a uma soberania. O Estado dentre todas as organizações existentes é a única que possui o poder extroverso, esse poder é legitimado e coordenado por um conjunto de leis e decretos para que os recursos arrecadados pelo Estado sejam devolvidos a população na forma de políticas e programas de melhoria e incentivo.

A principal função do Estado no mundo contemporâneo é a ampliação contínua das oportunidades individuais, institucionais e regionais por meio do Governo e da Administração

Pública e através da incorporação da tecnologia e inovação no setor público que proporcione as condições necessárias para atender as demandas da sociedade contemporânea (MATIAS-PEREIRA, 2012). Assim, pode-se definir outra atribuição do Estado que é o dever de promover aos seus governados oportunidades de crescimento e avanço social de forma igualitária entre o povo de um território qualquer. Portanto, as políticas do Estado são os meios que o agente público ou o candidato eleito utiliza para governar e promover o bem social, agindo sempre em conformidade com a lei.

Há também as políticas do Governo que são os objetivos almejados e descritos através de um plano de governo criado pelo candidato eleito, para os setores da vida econômica ou social, em consonância com as políticas de Estado. Para o autor, governo significa a condução política dos negócios públicos pelo Estado, que através da administração pública busca chegar aos seus objetivos, ou seja, o governo orienta as metas através de agentes eleitos e a Administração Pública as executa por meio de um corpo técnico legal.

Já governar refere-se ao processo de tomada de decisão para adotar medidas que satisfaçam as necessidades públicas. Para compreender esse processo é preciso distinguir eficiência, eficácia e efetividade. Eficácia é uma medida normativa de alcance dos resultados a partir da realização do que foi proposto, a eficiência é uma medida normativa da utilização de recursos do processo na utilização dos recursos corretamente e efetividade corresponde ao grau de qualidade do resultado obtido (MATIAS-PEREIRA, 2010a). Todas as ações do Estado podem ser acompanhadas e mensuradas, de modo que se possa identificar que tipo de políticas é necessário e onde são necessárias.

O Estado é estruturado por governos transitórios que administram a coisa pública e orienta a relação da sociedade com os governantes e a própria soberania (SILVA; BASSI, 2012). A forma de o Estado intervir em favor da sociedade é por meio de políticas públicas igualitárias, a expressão *política* origina-se de *polis- politikós-* que significa aquilo que se refere à cidade, portanto é urbano, civil, público e sociável. Para Rua (1998, *apud*, RUA, 2009 p.17), a política é conceituada como o conjunto de procedimentos formais e informais que apregoem relação de poder e que busquem a resolução pacífica de conflitos quanto aos bens públicos. Pelo processo de política, surgem as políticas públicas que se referem à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implantação por organizações públicas, através dos agentes de governo com base no poder imperativo do Estado (RUA, 2009). Sendo assim, as políticas públicas são fruto de discussões e identificação de necessidades, que existem essencialmente para promover o crescimento e desenvolvimento da sociedade em questão, de maneira igualitária, sempre na busca do bem comum e na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

As políticas públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Elas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade (KANNANE; FIEL FILHO ; FERREIRA, 2010 p 3).

Para Howlett, Ramesh e Perl (2013, p.5) “Políticas públicas trata fundamentalmente de atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (Policy goals) com meios políticos (policy means), num processo que pode ser caracterizado como resolução aplicada de problemas”. Para que isto aconteça é necessário que a administração pública esteja bem organizada em todas as esferas, Federal, Estadual e Municipal para que possa alcançar seus objetivos em favor da sociedade com eficiência, eficácia e efetividade. Sendo o governo o único que pode implantar as políticas públicas por possui poder de correção, capacidade de universalização, regulamentação e adoção de medidas com caráter.

Na literatura sobre Estado e Políticas Públicas o conceito de governança e governabilidade sempre aparece. Segundo Matias-Pereira (2010b), a governabilidade é a

capacidade política de governos que provém da legitimidade do Estado e do seu governo para com a sociedade, já governança é a capacidade financeira e administrativa para o governo realizar políticas, sendo que a diferença entre elas está na forma de como as ações do governo são entendidas. O governo estabelece regras para serem cumpridas pela sociedade, assim como estabelece punições para quem não cumprir as regras, esse poder do Estado é estabelecido pela governabilidade através do cidadão (SILVA; BASSI, 2012). Esse poder existe para que haja equilíbrio no convívio social. O governo recebe do povo o poder de determinar as normas e regras que o próprio povo deve seguir, bem como a capacidade de punir aqueles que não a cumprirem.

Outro termo bastante importante refere-se a prestação de contas dos resultados das ações, o *Accountability*, que segundo Matias-Pereira (2010a), é um conjunto de mecanismos e procedimentos de prestação de contas dos resultados das ações pelas decisões governamentais, garantindo a transparência das políticas públicas. Essa ação possibilita a sociedade acompanhar as decisões governamentais, para verificar se os governantes estão agindo em prol da coletividade na busca do bem comum, de forma não só eficaz mais também eficiente.

No Brasil a gestão pública esteve sempre em transformação, por meio da discussão sobre o papel do Estado, suas alterações e evoluções de seus objetivos. Contudo, apenas na década de 1930 as políticas públicas começaram a emergir mais intensamente em nossa sociedade. A causa é que empresas estatais passaram a contribuir consideravelmente com o progresso de várias nações, mas elas apresentavam algumas falhas de mercado como a competição imperfeita. Para controlar essas falhas foi necessário que o Estado entre outras medidas assumisse a produção através de suas próprias empresas. Essa medida criou a situação necessária para que as empresas estatais se desenvolvessem e estabelecessem o ambiente propício para o surgimento das políticas públicas.

A literatura recente evidencia que as reformas que tratam da capacidade administrativa no mundo foram orientadas para criar instrumentos que visam à elevação do desempenho dos organismos públicos, para permitir a obtenção de resultados e a satisfação do cidadão, que passa a ser denominado de cliente. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 04).

Assim, política pública é toda ação por iniciativa do Estado, destinada a promover o desenvolvimento social e econômico de sua população através das áreas básicas: social, infraestrutura básica, saúde, segurança, educação e economia. Todas as ações nessas áreas acontecem por intermédio da interação do Estado, do serviço público e da sociedade almejando a firmeza da cidadania.

As políticas públicas possuem uma finalidade coletiva e devem ser usadas para a promoção de benefícios dessa sociedade, sua realização ou não depende das decisões do governo que podem ser influenciadas pelos vários atores envolvidos, dependendo do grau de interesse dos mesmos (SILVA; BASSI, 2012). Sendo, portanto, a política pública o instrumento de ação do governo na promoção e desenvolvimento de uma determinada sociedade em todas as suas áreas de atuação. De acordo com Matias-Pereira (2012), esses atores podem ser: atores públicos (políticos, parlamentares, burocratas, tecnocratas); atores privados (empresas, trabalhadores, sindicatos, associações, entre outros); agentes internacionais (ONU, OMC, UNESCO, Banco Mundial, FMI); formadores de opinião (mídia, artigos, jornais, pesquisadores entre outros).

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013) uma forma de simplificar as políticas públicas é pensá-las como um processo, com estágios inter-relacionados que ocorrem de forma sequencial desde os problemas (insumo) até as políticas (produto). De acordo com Rua (2009), a divisão em etapas para abordar as políticas públicas é chamada de ciclo de políticas

públicas, na qual são consideradas várias atividades políticas que juntas formam o processo político, permitindo analisar como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite distinguir e analisar os processos, mecanismos e estratégias para produção das políticas públicas, assim como o comportamento dos atores em cada etapa do ciclo de políticas públicas. Nesse contexto surge o ciclo político que é uma lógica para a resolução de problemas ilustradas no quadro 1.

<b>Resolução Aplicada de Problemas</b>	<b>Estágios no ciclo do Político</b>
1. Reconhecimento do problema	1. Montagem da agenda
2. Propostas de solução	2. Formulação da política
3. Escolha da solução	3. Tomada de decisão política
4. Efetivação da solução	4. Implementação da política
5. Monitoração dos resultados	5. Avaliação da política

Quadro 1 - Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problema. Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 15)

Nesse modelo ocorre a relação do estágio no ciclo político e a resolução aplicada do problema. A montagem da agenda refere-se ao reconhecimento do problema pelos governos a formulação das políticas são as propostas de solução dos problemas a tomada de decisão política diz respeito à escolha da melhor solução para sanar um problema a implementação da política é a forma na qual o governo efetiva a solução e a avaliação da política, e o monitoramento dos resultados para quando necessário serem feitos ajustes em prol do alcance dos resultados esperados.

Ao se criar uma ação de políticas públicas é necessário pensar sempre no ambiente social, na realidade e particularidade da região, pois nem todas as ações, por melhores que sejam, podem promover o crescimento regional se aquela região não possuir características que se adequem a essa ação de políticas públicas, devendo sempre estarem focados na realidade de um determinado lugar, para não acabar sendo ineficiente e ineficaz.

Verifica-se que as políticas públicas são como um processo decisório que possui seus princípios estritamente ligados com a sociedade à sua volta, sociedade esta que se encontra em constante mudança seja por força da evolução natural, ou pela própria gestão pública que necessariamente deve entender e adequar-se aos novos cenários percebidos para promover o desenvolvimento local e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

### **3 APL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Na história do Brasil, houve um período chamado de Era de Ouro, marcado pela crise do fordismo periférico que foi um manifesto causado pela crise da década de 1980. Neste período o Estado estava marcado pelo desequilíbrio no setor público e o fenômeno inflacionário acabou provocando a crise do Estado Desenvolvimentista no Brasil em 1950 até o final da década 1970. Neste período procurou-se programar uma política de desenvolvimento baseada na cooperação federativa e grande preocupação com a integração econômica nacional e diminuição das desigualdades regionais.

Até a década de 1930 o Brasil possuía diversos complexos regionais independentes, passando ainda nesse período por alteração no centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno (FURTADO, 1959). A direção do processo de desenvolvimento passa a ser do Estado- Nacional a partir do Plano de Metas no período de 1956-1960. Segundo Laplane e Silva (1994), nos anos de 1980 em diante o ideário neoliberal foi aos poucos se constituindo

de políticas estruturantes pensados em macro escalas, ou seja, a solidariedade regional para o fortalecimento de um sistema econômico nacional é excluído no vocabulário dos planejadores políticos.

Diante das transformações ocorridas na economia brasileira, passou-se a observar um interesse crescente nas aglomerações de pequenas e médias empresas que buscam adaptar-se à realidade regional por conta do sucesso do Vale do Silício (Estados Unidos da América) e a experiências como as dos Distritos Industriais Italianos (Itália) e do caso de Madragón (Espanha), passaram a ganhar espaço pela proximidade com a estrutura econômica produtiva do Brasil o que levou o Brasil ainda na década de 1990 a analisar e desenvolver políticas públicas destinadas a aglomerados de pequenas e médias empresas, surgindo o termo APL (Arranjo Produtivo Local) em discussões realizadas pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), com o objetivo de construir um promissor instrumento de políticas econômicas.

Diante das dificuldades de delineamento das políticas públicas, por conta da diversidade de experiências e de nomenclatura, na década de 1990 em debates travados no âmbito do MCTI, surgiu o termo APL (Arranjo Produtivo Local).

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (GTP-APL/MIDC, 2013).

Para Silva *et al.*(2009), os arranjos produtivos locais são conceituados como aglomerações formado principalmente de micro e pequenas empresas, em uma certa região, que atuam na produção e comercialização de produtos ou serviços. A utilização do termo APL no Brasil de acordo com Costa (2010), deu-se como um espaço sociável, econômico e construído historicamente através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ ou relacionadas, ou interdependentes que se relacionam numa escala espacial local e limitada através de fluxos de bens e serviços. Os arranjos produtivos locais possuem características próprias para se diferenciar de outros aglomerados, e tem como principal objetivo social o desenvolvimento a partir da realização de atividades, que proporciona o aumento da renda e que promova a redução das desigualdades sociais.

Os APLs surgem como pólos de crescimento. Uma das principais características desse sistema de produção é o fato de que o aumento na produção de uma empresa está diretamente relacionado à condição da mesma se encontrar geograficamente próxima de outras do mesmo ramo, bem como organizações apoiadoras do setor facilitando o seu fortalecimento, uma vez que fornecedores se sentem atraídos pelos custos baixos de logística, e ainda pela facilidade em construir um fluxo eficiente de informações (SAMPAIO, 2009).

A forma de trabalho nos APLs ocorre por meio de uma cooperação entre os indivíduos que o formam, sendo essas atividades divididas da melhor forma possível para seus membros. Outro ponto importante é o conhecimento adquirido que auxilia na tomada de decisão, que se realizado de forma correta levam ao sucesso dos APLs. Para poder reconhecer os APLs o governo determinou variantes de identificação sendo possível reconhecê-los em graus de diversas intensidades de acordo com o quadro 4:

<b>VARIÁVEIS DETERMINANTES PARA IDENTIFICAÇÃO DE UM APL</b>	
Nº	Variáveis Determinantes
1-	A concentração setorial de empreendimentos no território;
2-	Concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL;
3-	Cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade;
4-	Existência de mecanismos de governança;

Quadro 4 – Variáveis determinantes para identificação de um APL. Fonte elaborada pelos autores a partir do Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004).

As variáveis determinantes para a identificação de um APL referem-se às principais características para um aglomerado produtivo se tornar um arranjo produtivo local. Inicialmente a organização territorial dos empreendimentos garante uma boa vantagem comercial, enquanto que o fato dos indivíduos explorarem a atividade considerada perfeita para a região garante a oferta de produtos ou serviços de qualidade, ao passo que o ambiente de cooperação possibilita um grau de envolvimento ainda maior dos participantes, que geralmente são pessoas comuns sem muito conhecimento técnico. Nesse momento surge a participação do governo em disponibilizar apoio em todas as áreas necessárias, a fim de sanar as fraquezas identificadas no APL.

Os APLs são classificados de diversas formas de acordo com a literatura e referem-se às suas principais características para poder verificar as transformações que ocorrem com o seu desenvolvimento. No quadro 5 é apresentado a tipologia dos APLs em seus tipos mais comuns e características específicas de acordo com Mytelka e Farinelli (2000).

<b>Tipologia consagrada de APL</b>			
	<b>APL informais</b>	<b>APL organizado</b>	<b>APL inovativos</b>
<b>Existência de liderança</b>	Baixo	Baixo e médio	Alto
<b>Tamanho das firmas</b>	Micro e pequena	MPME	MPME e grandes
<b>Capacidade inovativa</b>	Pequena	Alguma	Contínua
<b>Confiança interna</b>	Pequena	Alta	Alta
<b>Nível de tecnologia</b>	Pequena	Média	Média
<b>Linkages</b>	Algum	Algum	Difundido
<b>Cooperação</b>	Pequena	Alguma e alta	Alta
<b>Competição</b>	Alta	Alta	Média e alta
<b>Novos produtos</b>	Poucos; nenhum	Alguns	Continuamente
<b>Exportação</b>	Pouca; nenhuma	Média e alta	Alta

Quadro 5- Tipologias de APLs e sua performance. Fonte: Mytelka e Farinelli (2000, p. 12).

Os autores classificam os APLs em informais, organizados e inovativos. O APL informal é constituído na sua maioria por pequenas e médias empresas que possuem um alto nível de competição, baixo nível de exportação, pouco ou nenhum lançamento de novos produtos, não possuem liderança firme, o nível de tecnologia e a capacidade de inovação é baixa e a confiança e a cooperação são insuficiente entre os atores. No APL organizado existe liderança em níveis intermediários, as MPME (pequenas e médias empresas) possuem liderança intermediária, a confiança, competição, cooperação e exportação em níveis altos, pouca capacidade inovativa, uma maior capacidade tecnológica em relação ao APL informal e alguns lançamentos de novos produtos. O APL inovativo é formado por empresas de grande

porte com liderança, confiança, cooperação, competição e exportação em níveis altos, tendo inovações contínuas, um nível tecnológico considerável e o contínuo lançamento de novos produtos.

De acordo com Barroso e Soares (2009), existe uma grande dificuldade no desenvolvimento de atividades inovadoras por exigir uma estrutura formada por elos e cooperações entre os atores, mão de obra capacitada e empresas que possuam uma elevada capacidade inovativa, realidade esta típica de países centrais enquanto o APL informal e organizado é típico de países periféricos.

Os arranjos produtivos locais favorecem uma melhor agregação de valores aos produtos, facilidade de acesso ao crédito e reduz os riscos de falência. Outros benefícios de acordo com Barroso e Soares (2009), são as universidades e os centros tecnológicos que se destacam pela capacidade de ensino, formação e qualificação do pessoal e apoios a certos tipos de serviços, porém a relação de cooperação ainda é pouca, frágil e informal em relação ao desenvolvimento de tecnologia, produtos e serviços.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), as principais vantagens dos APLs são:

- Permitir o estabelecimento de uma relação entre o território e as atividades econômicas a partir das análises e investigações que superam a abordagem setorial;
- Compreender grupos diferentes (firmas e organizações responsáveis por educação, treinamento, P&D, promoção, financiamento, entre outras.) e atividades econômicas relacionadas que caracterizam o sistema produtivo e inovativo local;
- Representar e envolver todo o espaço real onde ocorre a aprendizagem, onde as capacitações produtivas e inovações são criadas e onde flui o conhecimento tácito; e
- Trabalhar com atores coletivos de olhar e ação sistêmica o que garante a participação dos agentes locais e garante a coerência e coordenação em nível nacional.

Pode-se verificar que os APLs tornaram-se uma importante estratégia de valorização local principalmente pela criação de empregos e por promover o desenvolvimento econômico da região. Em busca do desenvolvimento do APL, o governo cria ações de políticas públicas que se tornam cada vez mais sólidas e satisfatórias para a promoção e o desenvolvimento regional de acordo com as potencialidades local.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AOS APLS**

O Arranjo Produtivo Local é um dos instrumentos de desenvolvimento regional a partir do fortalecimento e desenvolvimento do sistema sócio produtivo das regiões na qual se insere, sendo necessário analisar o limite e capacidade de intervenção do setor público. As abordagens de APLs no Brasil se difundiram de forma rápida se desenvolvendo no final dos anos 1990, substituindo os termos afins na maioria das agendas políticas. Desde então, passou-se a vivenciar um período de intenso processo de aprendizado e conhecimento. Tornando-se prioridade para o Governo Federal, formalizado por Planos Plurianuais ainda em 2000, Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010, Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013 entre outros (LASTRES, LEMOS, KAPLAN, GARCEZ E MAGALHÃES, 2010). O governo Federal articula as ações de apoio aos APLs a partir da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), que está vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MI) que tem como políticas de descentralização a redução das desigualdades regionais e promoção dos diferentes potenciais do território nacional.

Segundo Lastres, Lemos, Kaplan, Garcez E Magalhães (2010), as ações pioneiras são desenvolvidas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), bem como a implantação de uma

coordenação das ações de apoio a APLs no país, o (Grupo de Trabalho Permanente em APLs GTP – APL), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Tais ações fizeram com que os esforços ao redor do assunto deixassem de ser basicamente da esfera pública federal, e se estendeu gradativamente para todos os Estados e municípios da Federação, como também apoios provenientes da iniciativa privada através de organizações nacionais, regionais, estaduais e municipais de cunho empresarial. Desde então várias outras ações de incentivo com a noção de APL passaram a surgir em vários territórios simultaneamente em todo o país, contando com o apoio da esfera pública e privada e até mesmo de bancos que passaram a reconhecer a importância de investir e destinar crédito aos APLs.

O governo federal através da MDIC e por meio da Portaria Interministerial Nº 200 de 03 de agosto e 2004 teve como objetivo a articulação das ações governamentais para integração de políticas para os APLs e passou a coordenar o GTP – APL com a participação tanto de organizações governamentais como não governamentais. O GTP – APL tem como uma das principais ações desenvolvidas o incentivo na organização de núcleos Estaduais de apoio aos Arranjos Produtivos Locais.

Um levantamento dos APLs no Brasil no ano de 2005, realizado a partir de informações das instituições que integram o GTP – APL, identificou 955 arranjos, na qual 567 estão no setor primário (59%), 344 no setor secundário (36%), que possui de acordo com sua classificação uma maior concentração em aglomerados de baixo conteúdo tecnológico (19%), e de média-baixa tecnologia (11%) e 47 no setor terciário (5%). O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) identificou em 2005 a partir de um levantamento, a existência de 762 APLs no País e assim como o levantamento da MDIC tem em sua maioria o que equivale a 569 (74,7%) aglomerados como sendo de baixo conteúdo tecnológico (44,5%) e de baixa média tecnologia (30,2%), de média alta tecnologia apenas 14,8% e alta intensidade tecnológica 10,5% reforçando o levantamento do MDIC que verifica a concentração de aglomerados nos setores de baixo e média-baixa tecnologia.

De acordo com o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004), o desenvolvimento dos APLs é alicerçado em um conjunto de ações integradas realizada por diversas instituições baseada em aspectos que são: o aumento da autonomia no gerenciamento nas atividades de desenvolvimento local com responsabilidade na qual a figura do líder que busca formas de capacitação para promover o crescimento do APL; um ambiente de inclusão dos diversos agentes locais; o crescimento do capital social; o cuidado com o meio ambiente; a integração entre as instituições que atuam no APL; a colaboração entre os federados; a orientação para o Mercado; a manutenção no mercado ao longo do tempo criando autonomia; acompanhamento das inovações tecnológicas do mercado; relação de trabalho decente e a redução das desigualdades regionais.

Segundo Costa (2010), no Brasil o apoio aos Arranjos Produtivos Locais pela agenda pública deve ser estruturado em quatro etapas, a saber:

- Identificação de aglomeração produtiva: o apoio aos APLs pela agenda pública deve contemplar primeiramente em um grande esforço de identificação dos APLs no espaço objeto de intervenção, que auxilia os órgãos públicos para melhor orientação, sendo que no Brasil há duas metodologias mais comuns para identificar um APL que são as quantitativas e as qualitativas.
  - Diagnóstico dos aglomerados identificados: permite a visualização da estrutura interna para poder checar suas institucionalidades explícita ou implícita que caracterize o APL, assim como as ações de políticas públicas que apoiam certos aglomerados.
  - Classificação/taxonomia a partir dos diagnósticos: é preciso tipificar o objeto alvo de intervenção, de modo a verificar quais as políticas que devem ser adotadas. A partir

disso o Estado procede na solução de problemas de acordo com as principais potencialidades dos aglomerados, focando naqueles APLs que os agentes locais não possuam autonomia para sua resolução.

- Elaboração e implementação de políticas de apoio: após a seleção dos casos prioritários e a verificação da taxonomia. As ações públicas devem ter como base as características e potencialidades de cada aglomerado. A ação de cooperação e associação entre os agentes deve ser compactuada e implementada entre os aglomerados, caso não tenham essa cooperação, o Estado deve agir como intermediário para despertar o interesse a partir da informação em palestras, cursos, seminário, entre outros.

Portanto, é de suma importância para a sociedade à implementação de políticas públicas para os APLs. Essas ações políticas proporcionam a diminuição das desigualdades sociais e regionais e propiciam aos APLs o crescimento e a melhoria do processo produtivo além de torná-los mais competitivos facilitando a comercialização dos seus produtos, explorando o mercado a nível global. Tais ações políticas ainda podem apoiar na geração de empregos e trazer aos envolvidos uma maior renda, gerando uma sustentabilidade de seus negócios, evitando assim o risco da falência de micro e pequenas empresas.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar as ações e os impactos das políticas públicas no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais na cidade de Picos, para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa a partir um estudo de caso. Segundo Leite (2008), o estudo de caso tem características de pesquisa qualitativa, que tem como objetivo a realização de uma análise profunda de uma unidade social. De acordo com Yin (2001, p.21) “Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e também documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, revistas e publicações como artigos científicos, resenhas e ensaios críticos. Já a pesquisa documental foi realizada por meio de documentos que não receberam tratamento de análise e síntese (SANTOS, 2009). Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como exploratória que visa descobrir ideias e percepções. Esse tipo não pode ser confundida com leitura exploratória, que é realizada em áreas com pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2007).

Para a coleta de dados foram criados dois roteiros de entrevistas, um para os produtores de caju e outro para os representantes das organizações responsáveis pelas ações de políticas públicas de desenvolvimento dos APLs. O critério de escolha para cada produtor entrevistado se deu a partir da verificação da regularidade do produtor em relação ao APL. O mesmo contempla 450 cajucultores que estão distribuídos em nove municípios do Estado, a saber: Monsenhor Hipólito, Vila Nova, Itainópolis, Francisco Santos, Pio IX, Jaicós, Campo Grande, Altos e Ipiranga. Tendo sido entrevistado um produtor de cada município.

Já em relação aos representantes das instituições de apoio aos APLs foram realizadas entrevistas com: Representante da governança do APL de Caju, SEBRAE, Banco do Brasil (BB), Emater, Codevasf. Os demais parceiros que são a Fundação Banco do Brasil (FBB), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Conab, Embrapa, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL); Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí

(IFPI), Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que descreveram as ações de apoio de cada instituição.

O quadro 4 explicita os sujeitos entrevistados.

SUJEITO ENTREVISTADO	QUANT.	CÓDIGO DO ENTREVISTADO
1. Representante do Banco do Brasil	1	Entrevistado 1
2. Representante do SEBRAE/Picos	1	Entrevistado 2
3. Representante da EMATER/Picos	1	Entrevistado 3
4. Representante da Codevasf	1	Entrevistado 4
5. Representante do APL de caju	1	Entrevistado 5
6. Produtores	9	Entrevistados de 6 a 14
TOTAL		14

Quadro 4 – Sujeitos da pesquisa. Fonte: dados da pesquisa

A partir dos resultados das entrevistas tornou-se possível a análise de todas as questões pertinentes ao desenvolvimento do APL pesquisado. O qual será evidenciado na análise de resultados.

## 6 ANÁLISES DOS RESULTADOS

A partir da análise do referencial teórico estudado, é possível discutir sobre os desafios e as vantagens do uso dos Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento territorial e regional. Foram analisadas as ações das políticas públicas em apoio aos APLs e a importância dessas ações para o desenvolvimento local, assim como os impactos que essas ações promovem aos aglomerados produtivos.

A cadeia produtiva do caju é de grande representatividade cultural e econômica para a região Nordeste despertando o interesse das políticas públicas como forma de inclusão econômica e social. Essas ações no Estado do Piauí se deram pela parceria entre o Ministério da Integração Nacional (MI), alguns órgãos públicos e privados, e o governo do Estado do Piauí, que juntos buscam aumentar a renda familiar e a qualidade de vida das pessoas envolvidas nessa cadeia produtiva. O Piauí é o segundo maior produtor de caju do Brasil, onde a cultura do caju prevalece em 55 municípios, contendo 180 mil hectares de cajueiros plantados, promovendo benefícios às diversas famílias que desenvolvem essa atividade. O trabalho com a cultura de caju é proveitosa, pois o caju pode ser aproveitado de diversas formas que vai desde a castanha (verdadeiro fruto) ao uso da polpa (pedúnculo) com sucos, doces, cajuína entre outros.

Na macrorregião de Picos, a Cajucultura tem sido umas das principais atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. Essa atividade tem contribuído para a geração de trabalho e renda, além do clima da região ser considerado propício para o desenvolvimento dessa cultura. Em busca de um maior incremento dessa atividade a associação dos produtores de caju decidiram juntar-se formando aglomerados com características próprias que possuem sua própria governança, denominado APL.

Pode-se classificar o APL pesquisado como um APL organizado de acordo as tipologias de APL de Mytelka e Farinelli (2000), devido à existência de liderança ser baixa e média, o tamanho da firma se caracterizar como micro e pequena empresa, possuir capacidade

inovativa, confiança interna alta, médio nível de tecnologia, cooperação e competição ser alta, possuir novos produtos, o nível de exportação ser alto e alguns linkages.

Algumas entidades governamentais e não governamentais tem dado apoio ao APL de diversas formas. Por meio das entrevistas pôde-se perceber as ações desenvolvidas pelas principais instituições de apoio. O qual apresentaremos nas falas dos entrevistados a seguir.

A fundação Banco do Brasil (FBB) tem dado um apoio financeiro liberando recursos para os produtores na implantação de novos pomares:

Olha aqui em Picos, o banco trabalha mais a questão financeira, liberando o crédito seja pra custeio, seja pra investimento desses agricultores, aqui nós temos pra o pessoal que é sócio, que trabalha com caju lá do APL, que é a central o aglomerado a gente trabalha tanto no agroindústria que os produtores deixam seus produtos lá e através deles lá eles fazem um projeto e a gente libera o dinheiro, e também através direto ao agricultor, seja pra custeio seja pra financiamento, como já falei eles fazem o projeto, traz aqui no banco e a gente libera esse dinheiro pra eles fazerem investimento nas suas propriedades. (Entrevistado 1).

Enquanto o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas empresas) tem apoiado com capacitações aos produtores: “promovemos capacitações com o objetivo de aumentar a competitividade e a sustentabilidade dos APLs” (Entrevistado 2). Outra instituição que tem dado apoio fundamental é a EMATER (Instituto de Assistência Técnica de Extensão Rural), por meio de assistência técnica e capacitação:

O público alvo do EMATER é agricultor familiar, nessa linha de trabalho a gente atende tanto a elaboração de projetos demandado pelo agricultor familiar dentre as linhas de crédito nós temos ai o PRONAF (...) então dentro das nossas limitações, a gente presta assistência técnica aqueles agricultores familiares que já implantaram a cultura (...) e também, a gente tem uma linha de trabalho na área de processamento e de agregação de valor ao produto da cajucultura, então a gente dá apoio as ações de processamento da castanha do caju, temos também dado muita ênfase a questão do processamento do pedúnculo do caju, então basicamente as nossas ações são de elaboração de projetos com relação à recuperação e ampliação de instalação de novas áreas, e a questão de agregar valor aos produtos da cajucultura, dando apoio as ações na questão do processamento da castanha como também no processamento do pedúnculo, basicamente as nossas ações com relação a cajucultura se insere nessa linha. (Entrevistado 3).

A CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba) elaborou um programa para fortalecer a Cajucultura, fornecendo mudas a pequenos produtores selecionados e cadastrados no programa, essas mudas são destinadas à implantação e reposição de novas áreas, assim como, a construção de unidades de conservação e beneficiamento do pseudofruto. “O que nós temos de trabalho com a Cajucultura na grande região de Picos é a distribuição da mudas de caju do anão precoce 76 é o apoio principal que a Codevasf está dando na distribuição de mudas” (Entrevistado 4).

Outras instituições parceiras são a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), SDR (Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo), Unisol, UFPI, UESPI, IFPI e Bancos, dentre eles, o BNB, BNDES.

O apoio da CONAB vem através de um projeto de liberação para que o APL faça aquisição da matéria, após o processo de comercialização o APL paga a CPR que é Cédula do produtor Rural, com doação simultânea, o APL recebe o recurso como se fosse um adiantamento que é pago com a própria mercadoria, a SDR que realiza parceria no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), este programa é uma das metas do Brasil sem Miséria para os moradores da zona rural aumentar o número de agricultor familiar. A UNISOL que vem apoiando na comercialização com doação de máquina e equipamento, as universidades como a UFPI, UESPI, IFPI que nos

ajuda no desenvolvimento da rotulagem dos produtos, em projetos para melhoria ou divulgação e os Bancos como o BNB e o BNDES entre outros bancos, que funcionam como agentes financeiros além de agentes no fomento nas cadeias, tratos culturais desde a implantação de pomares (Entrevistado, 6).

A partir da análise das ações tornou-se possível a identificação dos impactos das políticas públicas de apoio aos APLs para o desenvolvimento local, para isso foram criadas categorias de análises, descritas no quadro 5.

<b>Categorias</b>	<b>Descrição sumária das ações públicas</b>
Aumento da produtividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Auxílio técnico nos processos de plantio e inserção de novas espécies com maior capacidade produtora.</li> </ul>
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capacitação dos produtores para que eles mesmos possam gerir o negócio.</li> </ul>
Inovação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhoramento genético da planta e do processo de beneficiamento com a inserção de novas máquinas mais modernas e eficientes.</li> </ul>
Mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capacitação se estende tanto aos produtores como aos trabalhadores contratados.</li> </ul>
Qualidade do produto	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio técnico na melhoria e fiscalização da qualidade.</li> </ul>
Abertura de mercado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestação de incentivos e apoio na captação e administração de novos mercados consumidores.</li> </ul>

Quadro 5 – Políticas públicas implementadas no APL de Cajucultura em Picos. Fonte: dados da pesquisa.

Nas próximas subseções detalha-se cada categoria apresentada no quadro 5 . Busca-se corroborar o resultado da pesquisa com o referencial teórico.

## **6.1 Aumento da produtividade**

O cenário da Cajucultura no Piauí antes do desenvolvimento do APL apresentava uma produtividade considerável, mas até então pouco aproveitada levando em consideração que o preço não tornava a atividade viável e que a figura do atravessador retinha todo o lucro desestimulando os produtores, que muitas vezes sequer colhiam sua produção, esse era um dos obstáculos ao crescimento da atividade. A decisão dos produtores de caju em aglomerar-se trouxe resultados significantes para o aumento da produtividade.

Antes era primeiro que a gente não tinha a comercialização do pedúnculo à gente perdia tudo, o pedúnculo do caju, a gente perdia a gente achava que o que a gente poderia aproveitar era somente a castanha que a gente vendia para os atravessador né, então a partir daí que a gente pegou no grupo do cooperativismo, começou a pensar juntos a trabalhar juntos (...) a partir do momento que a gente começou no grupo do APL, a gente colocou um preço determinado os atravessador né que sempre não quer perder pra gente, aí começaram também acompanhar o preço da gente, aí começou subir e hoje a castanha tá um preço lá em cima né, eu acho que melhorou muito a partir desse controle que a gente começou em conjunto (Entrevistado 6).

Olha com certeza melhorou e melhorou muito e aumentou também a produção, agora infelizmente a gente teve essa questão dessa seca tem atrapalhado bastante, o ano passado de dois mil e doze a gente não teve produção na nossa região ali foi zerada cerca de 5% da produção apenas praticamente zerada, esse aqui tá da mesma forma então isso atrapalhou muito desmotivou um monte de produtores (Entrevistado 9).

Aumentou sim com a implantação dessas variedades de CCT 76, aumentou muito né, não só a produção como a produtividade né que é o mais importante (Entrevistado7).

O que pôde ser observado é que devido à criação do APL, ocorreu uma melhoria considerável na produção, graças ao fortalecimento do grupo que passou a utilizar melhores técnicas de plantio, melhoramento genético do pomar, técnicas de podar e cuidados com o cajueiro. Todas essas melhorias foram consequências de um arranjo alicerçado na cooperação, em torno de uma atividade comum e em um mesmo território que são alguns dos critérios para tornar-se um APL, de acordo com o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004).

## 6.2 Capacitação

A capacitação é fator determinante para a continuidade da atividade considerando que o aumento dos pomares e da produção exige dos produtores maior conhecimento técnico de produção e gestão. A falta de capacitação pode resultar em perdas, aumento de custos e até mesmo tornar a atividade inviável. Para isso, um dos objetivos das políticas públicas é capacitar os produtores no sentido de que eles acumulem conhecimento suficiente para adquirir autonomia de gestão, esse critério é apresentando por Costa (2010), ao descrever topicos de etapas de apoio aos Arranjos Produtivos Local pela agenda pública.

Fizemos cursos de autogestão né, de gestão e a gente aprendeu bastante (Entrevistado 11).

O APL de caju, trabalha com uma parceria com outras entidades como SEBRAE, como EMATER, BANCOS e isso tem tido uma com essas parcerias de cursos né, incentivar cursos nas localidades às vezes cursos de manejo cultural de caju tal onde o produtor ele aprende cultivar melhor o seu pomar de caju né, ou seja, aprende fazer a poda os tratamentos culturais de uma forma mais correta e então antes ninguém sabia como era que era não sabia qual período se fazia, de qualquer forma né e isso melhora a condição de produção (Entrevistado 9).

A gente já teve vários cursos aí de corte de especulagem de trabalhar com as máquinas, também tem vários, já teve uns treinamento aí mais agora a gente tá também já precisando né a gente já teve falando com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil (Entrevistado 13).

Nas entrevistas percebe-se que houve e ainda permanecem cursos de capacitações para a gestão, mas é possível verificar que em alguns pontos os produtores continuam vulneráveis e suscetíveis a erros por falta de um conhecimento mais aprofundando, mas vale ressaltar que apesar dessas falhas, a política de capacitação atingiu seus objetivos, não levando em consideração o fenômeno da seca que vem a interferir nas atividades.

### 6.3 Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica é um capital indispensável na manutenção e desenvolvimento do APL, seja na auferição de novos produtos, ou mesmo no auxílio e melhoramento dos já existentes, como apresentando por Matias-Pereira (2012), ao relacionar a importância das tecnologias, assim como na otimização dos processos, a partir da observação do nível de inovação desse fator no APL.

Pegamos as máquinas de corte, estamos conseguindo uma grande mudança porque dois municípios já vai ter esse projeto piloto agora de máquina mecanizada (Entrevistado 8).

No início a gente começou por exemplo com umas máquinas de corte manual, a gente tá tentando arrumar hoje uma máquina elétrica né pra melhorar o trabalho dos produtor, porque com essa máquina aí fica caro a nossa produção. A Fundação Banco do Brasil prometeu de nos arrumar pelo menos uma máquina elétrica pra cada aglomerado (Entrevistado 6).

Durante a coleta de dados pôde-se verificar o avanço tecnológico nos processos produtivos, ao comparar as técnicas utilizadas no momento que iniciaram esta atividade aos dias de hoje. Porém, observa-se que ainda existe uma necessidade de melhoria de suas ferramentas de trabalho, pois existe no mercado atual novas ferramentas que agilizariam o beneficiamento do produto, tornando-os mais competitivos.

### 6.4 Mão de obra

A mão de obra é um dos principais fatores determinantes de sucesso em qualquer organização, porém essa mão de obra precisa estar especializada para realizar todas as atividades da forma correta. No APL de caju o processo de seleção da castanha e corte para extração da amêndoa é o que determina seu valor para o mercado, confirmando a importância da mão de obra qualificada nos aglomerados.

Em relação à mão de obra com certeza melhorou e melhorou muito (Entrevistado 9).

Teve um treinamento e aí duas semanas tinha mais de 50 pessoas participando e foi através desse curso que eles conseguiram selecionar o pessoal, 36 pessoas para aquele processo, então toda vez essa parte técnica essa parte de curso pra nós, foi importante demais (Entrevistado 8).

O que se pode identificar na pesquisa é que as instituições parceiras buscam sempre qualificar os produtores e profissionais para dominar a técnica de plantio, colheita e estocagem do caju e mesmo quando utilizam mão de obra extra essa também é qualificada. Essas ações segundo Lastres, Lemos, Kaplan, Garcez e Magalhães (2010), são de cunho público e privado objetivando a melhoria contínua dos APLs.

## 6.5 Qualidade

A cajucultura no Piauí possui uma boa repercussão graças a sua qualidade, o clima piauiense é considerado propício para o cultivo do caju, mesmo com o problema da seca. As regiões que ainda conseguem produzir, possuem produtos de inquestionável qualidade e grande valor de mercado, havendo uma melhora da qualidade dos produtos após os incentivos das políticas públicas.

Com certeza com esses incentivos o pessoal aprenderam a separar na roça, então ficou melhor quando a gente começou comprar castanha, aqui a gente tomou muito prejuízo, comprava a castanha no geral ia escolher as boas e no fim a gente só tirava 30% de castanha boa que servia pra gente e hoje é ao contrário. A gente compra mais caro mais em compensação sai melhor hoje, o agricultor já tá separando na roça mesmo (Entrevistado 6).

Nós sabemos que produtos de qualidade tem que ter selo tem que ficar tudo na norma, tem que ter tudo legalizado, direitinho. Então a gente conseguiu, hoje nós temos produtos certificados pela Florcert né (...) e a graças a Deus a gente entrou no comércio justo (Entrevistado 11).

Os produtos são retirados dos pomares de forma correta e embalados de forma a não perder a qualidade para efetuar o processo de produção na central do APL, na qual passará por alguns processos de beneficiamento, embalagem e comercialização de acordo com a quantidade produzida e demandada pelos clientes. Essas ações dentro do APL de caju são apoiadas pelas universidades que auxiliam, melhorando a apresentação dos produtos de acordo com as exigidas das empresas clientes. Tais ações corroboram com Barroso e Soares (2009), quando destacam a importância das instituições de ensino como apoio ao desenvolvimento dos APLs.

## 6.6 Abertura de mercado

A comercialização dos produtos de caju do Piauí, não tem sido um problema. O mercado tanto interno quanto externo é bem aquecido, pois o APL tem conseguido comercializar os seus produtos tanto no Brasil como no exterior. Atualmente a procura pelos produtos está maior que a oferta, por causa da diminuição na produção em consequência da seca.

A abertura do mercado é muito boa tem muito mercado só precisa incentivo pra poder atender a demanda (Entrevistado 12).

O mercado tanto tenha como você vende. Tudo que você produzir está vendido (Entrevistado 14).

A parte do mercado né porque hoje tá fácil quem produz vende né tá muito fácil desde o pedúnculo, quem quer dispor de comercializar o pedúnculo vende né tá fácil vender com a introdução da cajuína (Entrevistado 10).

(...) nós exportamos castanha, estamos exportando castanha pra Itália (Entrevistado 11).

É necessário desenvolver ações imediatas, relacionadas aos fenômenos ambientais como a seca e as pragas. É preciso voltar-se para a história das políticas estruturantes apresentadas por Laplane e Silva (1994), que falam da necessidade de políticas públicas

direcionadas à solidariedade regional para o fortalecimento de um sistema econômico nacional.

## 7. CONCLUSÃO

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as ações e os impactos das políticas públicas no desenvolvimento dos APLs, enfatizando as ações de maior importância para o desenvolvimento e fortalecimento desses APLs. Em conformidade com os objetivos definidos, as ações das políticas públicas implementadas no APL estão direcionadas para várias áreas de melhoramento e fortalecimento do mesmo, por exemplo, a inserção do CCT 76 (caju anão precoce), técnicas de manuseio dos pomares e beneficiamento da produção, capacitação da gestão, expansão da abrangência das atividades de beneficiamento passando a aproveitar também o pedúnculo. Observando essas variáveis fica evidente o impacto das políticas públicas no fortalecimento do APL.

Em resposta ao problema de pesquisa, a realização do trabalho em campo possibilitou a verificação do desenvolvimento do APL estudado, com melhorias na produção, capacitação, abertura de mercados e melhoramento genético do cajueiro.

Observando os resultados é possível perceber o desenvolvimento local das regiões. Como exemplo, podemos destacar uma transformação da consciência dos produtores que passaram a aprender não apenas novas formas de cultivar e comercializar o caju, mas também a gerir suas próprias produções. O ciclo que antes se encerrava com a figura do atravessador tornou-se maior e mais abrangente, o produtor passa a ser também um agente econômico e administrativamente ativo, contribuindo assim, para o desenvolvimento da sua região.

A partir dos projetos desenvolvidos pelas instituições apoiadoras da Cajucultura no Piauí, os produtores passaram a ter a oportunidade de sobreviver e ascender na sua própria localidade. Comercializando os produtos derivados do caju tanto no mercado interno quanto externo. Existe ainda o ganho ambiental, pois os produtores adotam formas de trabalho que não agredem o meio ambiente, já que ele é o fator primordial para que a atividade não desapareça.

Com a realização da pesquisa ficou evidente que houve um apoio do poder público e de outras instituições parceiras. As regiões mais pobres podem apresentar melhorias significativas explorando a atividade de maior relevância da sua localidade, utilizando suas características específicas em ganho próprio. O apoio técnico a realização das atividades também aparece como fator determinante, elevando o nível de conhecimento dos produtores em relação à atividade de produção e comercialização.

Pelos aspectos analisados, verifica-se que o resultado esperado com essa pesquisa é de intensificar a necessidade da discussão da implantação de políticas públicas que possam a vir criar e possibilitar sustentação de APLs para que haja crescimento econômico e social em regiões onde as oportunidades são poucas e a população por si só não tenha a capacidade estrutural ou técnica de explorar de forma eficiente as suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 41<sup>a</sup> ed. São Paulo : Globo, 2001.

BARROSO, Janayna Arruda.; SOARES, Alexandre Araújo Cavalcante. **O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará.** Rio de Janeiro: RAP, 2009.

CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens e restrições do e equívocos usuais.** Rio de Janeiro, RedeSist, IE/UFRJ, 2003.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

D'OLIVEIRA, A.L.P.; LIMA, E.O.; LUNA, I.N. **Técnicas de coleta de dados na pesquisa social.** 1996. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: Acesso em: 25 fevereiro 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GTP-APL/MDIC. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300#oquesao>>. Acessado em: 25.06.2013.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Políticas Públicas: seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE, Censo da população por municípios de Picos - Piauí 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220800>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil.** Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

KANAANE, Robert; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas.** São Paulo: Atlas, 2010.

LAPLANE, Mariano F.; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. **Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo.** Revista Economia e Sociedade. Campinas, n.3, dezembro de 1994.

LASTRES, Helena Maria Martins; LEMOS, Cristina; KAPLAN, Eduardo; GARCEZ, Cristiane; MAGALHÃES, Walsey. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. In. ALÉM, Ana Cláudia. **O BNDES em um Brasil em transição.** Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros.** São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_**Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (a)

\_\_\_\_\_**Governança no setor público.** São Paulo: Atlas, 2010.(b)

\_\_\_\_\_**Manual de gestão pública contemporânea.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MDIC - Ministério Ciência e tecnologia. Políticas de desenvolvimento APL no Brasil . Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php>> acesso em 15/07/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (organizadora) – **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade - Petrópolis: Vozes, 1995.

Ministério de desenvolvimento, indústria e comércio. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL. Disponível em:<[wttp://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985)> Acesso em 04/07/2013

\_\_\_\_\_**Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais Versão para Discussão do GT Interministerial Versão Final (16/04/2004).** Disponível em:<[wttp://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985)> Acesso em 04/07/2013

MYTELKA, Lynn. K.; FARINELLI, Fluvia. Local clusters, innovation systems and sustained competitiveness. In: **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / FSC, 2009. 130 p.

SAMPAIO, Rafael Santos. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento sustentável do turismo: ligações de Vila Abraão. In: OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SANTOS, Ezequias Estevam dos. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica.** 6.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local: Instrumento e proposições de análise para o Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Christian Luiz da *et al.* **Políticas de desenvolvimento e descentralização do Paraná:** um estudo sobre APL Cal e Calcário da RMC. Informe Gepec, Toledo: UNIOESTE, v.13, n.2, p.104-120, jul./dez. 2009.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ed. São Paulo: atlas, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, Bookman, 2001.

## APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES DE APOIO AO APL.

Entrevistado (a):

Cargo:

1. Qual o papel das políticas públicas no desenvolvimento do APL de Cajucultura em Picos?
2. Qual o período que iniciou-se a implantação das políticas públicas nos APLs de Picos?
3. Quais as contribuições das políticas públicas para a Cajucultura, para a cidade e para os produtores?
4. Quais as ações de destaque das políticas públicas nas APLs de Picos?
5. Quais são os órgãos públicos que implementam políticas públicas nas APLs?
6. Quais as ações realizadas pelos órgãos públicos citados na questão anterior?
7. Quantos são os beneficiados pelas políticas públicas em APLs de Cajucultura na cidade de Picos?
8. Como ocorre a relação entre os associados e os representantes das políticas públicas?
9. Quais os impedimentos que dificultam na criação de uma APL e no desenvolvimento das ações provenientes do governo?
10. Que outras informações, observação ou comentários sobre o assunto da entrevista pode ser mencionado ?
11. De que forma são desenvolvidas as ações das políticas públicas nas seguintes áreas?

Capacitação

Tecnologia

Mão de obra

Produtividade

Qualidade

Abertura de mercado

## APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO

## ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PRODUTORES

Nome:

Tempo de trabalho na apicultura:

Idade:

Escolaridade:

1. A quanto tempo ocorre a sua atuação na Cajucultura?
2. Qual o período que iniciou-se a implantação das ações públicas no APL?
3. Como era realizada a atividade de apicultura antes das ações públicas?
4. Dentre as ações implantadas, quais foram mais importantes para o fortalecimento da produção?
5. Quais órgãos públicos foram responsáveis pela implantação dessas ações?
6. Quais foram as vantagens adquiridas com a implantação das políticas públicas no APL?
7. Como era as ações desenvolvidas nas seguintes ações antes do implemento das políticas públicas e quais mudanças ocorreram, ou seja, como funciona hoje?

Capacitação

Tecnologia

Mão de obra

Produtividade

Qualidade

Abertura de mercado

8. Que outras informações, observação ou comentários sobre o assunto da entrevista pode ser mencionado ?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( ) Monografia  
(X) Artigo

Eu, Josivan Bezerra Queiroz e Rafaela Guimarães da Silva,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
As Ações e os Instrumentos das Políticas Públicas no Desenvolvimento de  
Arranjos Produtivos Locais: Um Estudo de Caso em um Arranjo de Caju na Região de Picos, Piauí  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de Novembro de 2013

Josivan Bezerra Queiroz  
Assinatura

Rafaela Guimarães da Silva  
Assinatura